



REIMAGINAR

Um novo contrato

NOSSOS FUTUROS

social para

JUNTOS

a educação

UNESCO – líder mundial em educação

A educação é a principal prioridade da UNESCO, porque é um direito humano básico e o pilar para a paz e o desenvolvimento sustentável. A UNESCO é a agência especializada das Nações Unidas para a educação e fornece liderança mundial e regional para impulsionar o progresso, fortalecendo a resiliência e a capacidade dos sistemas nacionais de atender a todos os estudantes. A UNESCO enfrenta os desafios globais por meio da aprendizagem transformadora, com foco especial na igualdade de gênero e na África, em todas as suas ações.

Iniciativa Os Futuros da Educação

A Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação foi estabelecida pela UNESCO em 2019, com o objetivo de reimaginar como o conhecimento e a aprendizagem podem moldar o futuro da humanidade e do planeta. A iniciativa incorpora o amplo envolvimento público e de especialistas e visa a catalisar um debate mundial sobre como a educação deve ser repensada em um mundo de crescente complexidade, incerteza e fragilidade.



Publicado em 2022 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, pela Representação da UNESCO no Brasil SAUS Qd. 5 – Bloco H – Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º andar, Brasília – DF, 70070-912, Brasil.



© UNESCO 2022

ED-2021/WS/20

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Esta licença aplica-se exclusivamente aos textos. Para uso de imagens, é necessário pedir permissão prévia. As publicações da UNESCO são de livre acesso e todas são disponibilizadas *online*, sem custos, pelo repositório de documentos da UNESCO. Qualquer comercialização de suas publicações feita pela UNESCO serve para cobrir custos nominais reais de distribuição e de impressão ou cópia de conteúdo em papel ou CDs. Não há fins lucrativos.

Título original: *Reimagining our futures together: a new social contract for education*, publicado em 2021 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO e Fundación SM a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Os membros da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões expressadas nela. Tais ideias e opiniões não refletem obrigatoriamente as da UNESCO e as da Fundación SM, nem comprometem a Organização e a Fundação.

Créditos da versão original: Créditos da versão em português:

Edição: Mary de Sousa
Design: UNESCO

Coordenação técnica da Representação da UNESCO no Brasil:
Marlova Jovchelovitch Noletto, diretora e representante
Maria Rebeca Otero Gomes, coordenadora do Setor de Educação

Tradução: Fundación SM

Revisão técnica: Célio da Cunha, Aline Vieira e Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil
Revisão editorial e diagramação: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

O trabalho da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação foi generosamente apoiado pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA), pelo Governo da França e pelo Banco Santander.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.



REIMAGINAR Um novo contrato NOSSOS FUTUROS social para JUNTOS a educação

RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE OS FUTUROS DA EDUCAÇÃO

Resumo executivo

Nosso mundo está em uma encruzilhada. Já sabemos que o conhecimento e a educação são as bases para a renovação e a transformação. Entretanto, as disparidades globais – e a necessidade urgente de reimaginar porque, como, o quê, onde e quando aprendemos – significam que a educação ainda não está cumprindo sua promessa de nos ajudar a construir futuros pacíficos, justos e sustentáveis.

Em nossa busca por crescimento e desenvolvimento, nós, humanos, sobrecarregamos nosso ambiente natural, ameaçando a nossa própria existência. Hoje, os elevados padrões de vida coexistem com enormes desigualdades. As pessoas estão cada vez mais envolvidas na vida pública, mas as estruturas básicas da sociedade civil e da democracia estão se desgastando em muitos lugares do mundo. As rápidas mudanças tecnológicas estão transformando muitos aspectos de nossas vidas. No entanto, essas inovações não são direcionadas de forma adequada à equidade, à inclusão e à participação democrática.

Atualmente, todos têm uma grande obrigação para com as gerações atuais e futuras: assegurar que nosso mundo seja de abundância, não de escassez, e que todos desfrutem dos mesmos direitos humanos de forma plena. Apesar da urgência de ação e das condições de grande incerteza, **temos motivos para estarmos cheios de esperança**. Como espécie humana, estamos em um ponto de nossa história coletiva em que temos, como em nenhum outro momento, um grande acesso ao conhecimento e às ferramentas que nos permitem colaborar. Nunca foi tão grande o potencial para envolver a humanidade na criação conjunta de futuros melhores.

Este relatório global da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação nos pergunta qual é o papel que a educação pode desempenhar para idealizar o nosso mundo comum e o nosso futuro compartilhado, pensando em 2050 e além. As propostas apresentadas surgem de um processo mundial de dois anos de participação e construção conjunta, que mostrou que muitas pessoas – crianças, jovens e adultos – estão cientes de que **estamos conectados** neste planeta compartilhado e que é imperativo que **trabalhemos juntos**.

Muitas pessoas já estão comprometidas em realizar essas mudanças. Este Relatório está repleto de suas contribuições em todos os aspectos, desde como reimaginar os espaços de aprendizagem até a descolonizar os currículos e a importância da aprendizagem social e emocional, além de explorar seus medos reais e crescentes sobre a mudança climática e outras crises, como as da COVID-19, da desinformação (*fake news*) e da exclusão digital.

A educação – a forma como organizamos o ensino e a aprendizagem ao longo da vida – há muito desempenha um papel fundamental na transformação das sociedades humanas. Ela nos conecta ao mundo e uns aos outros, nos expõe a novas possibilidades e fortalece nossas capacidades de diálogo e ação. **Porém, para formar futuros pacíficos, justos e sustentáveis, a própria educação deve ser transformada.**

Um novo contrato social para a educação

A educação pode ser vista em termos de um contrato social: um acordo implícito entre os membros de uma sociedade para cooperar para alcançar um benefício comum. Um contrato social é mais do que uma negociação, pois reflete normas, compromissos e princípios que apresentam um caráter legislativo formal e que estão culturalmente incorporados. **O ponto de partida é uma visão compartilhada dos propósitos públicos da educação.** Este contrato consiste nos princípios fundamentais e organizacionais que estruturam os sistemas educacionais, bem como no trabalho distribuído que se realiza para construir, manter e refinar esses princípios.

Durante o século XX, a educação pública visava, essencialmente, a apoiar os esforços nacionais de cidadania e desenvolvimento por meio da escolarização obrigatória para crianças e jovens. Atualmente, no entanto, enquanto enfrentamos graves riscos para o futuro da humanidade e para a própria vida no planeta, devemos urgentemente reinventar a educação para nos ajudar a enfrentar os desafios comuns. Esse ato de **reimaginar significa trabalharmos juntos para criar futuros compartilhados e interdependentes.** O novo contrato social para a educação deve nos unir em torno de esforços coletivos e fornecer o conhecimento e a inovação necessários para delinear futuros sustentáveis e pacíficos para todos, fundamentados na justiça social, econômica e ambiental. Além disso, esse contrato deve, assim como faz este Relatório, defender o papel desempenhado pelos professores.

Ao olharmos para 2050, há três questões essenciais a serem feitas acerca da educação: o que devemos continuar a fazer? O que devemos abandonar? O que deve ser reinventado de maneira criativa?

Princípios fundamentais

Qualquer novo contrato social deve se basear nos princípios amplos que sustentam os direitos humanos: inclusão e equidade, cooperação e solidariedade, responsabilidade coletiva e interconexão, além de ser regido por dois princípios fundamentais que são:

- **Assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida.** Conforme estabelecido no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o direito à educação deve continuar a ser a base do novo contrato social para a educação e deve ainda ser ampliado para incluir o direito à educação de qualidade ao longo da vida. Ele também deve abranger o direito à informação, à cultura e à ciência, bem como o direito ao acesso e à contribuição de conhecimentos comuns, os acervos de conhecimento coletivo da humanidade que foram acumulados ao longo de gerações e que estão em contínua transformação.
- **Fortalecer a educação como um esforço público e um bem comum.** Como um esforço social compartilhado, a educação constrói propósitos comuns e permite que indivíduos e comunidades floresçam juntos. Um novo contrato social para a educação deve garantir o financiamento público para o setor e incluir um compromisso de toda a sociedade para que todos participem das discussões públicas sobre educação. Essa ênfase na participação é o que fortalece a educação como um bem comum: uma forma de bem-estar compartilhado que é escolhida e alcançada em conjunto.

Esses princípios fundamentais se baseiam no que a educação permitiu à humanidade realizar até este momento e ajudam a garantir que, à medida que avançamos para 2050 e além, a educação empodere as gerações futuras para que sejam capazes de reimaginar seus futuros e renovar seus mundos.

Entre as promessas do passado e os futuros incertos

A ampliação da desigualdade social e econômica, a mudança climática, a perda da biodiversidade, o uso de recursos que extrapola os limites planetários, o retrocesso democrático e a automação tecnológica disruptiva são as marcas da nossa atual conjuntura histórica, na segunda década do século XXI. Essas múltiplas crises e desafios que se sobrepõem restringem nossos direitos humanos individuais e coletivos e têm resultado em danos para grande parte da vida na Terra. Embora a expansão dos sistemas educacionais tenha criado oportunidades para muitos, e para muitos outros restou a educação de baixa qualidade.

Ao olhar para o futuro, é muito fácil pintar um quadro ainda mais sombrio. É possível imaginar um planeta esgotado com menos espaços para a habitação humana. Hipóteses extremas de futuros também incluem um mundo no qual a educação de qualidade é um privilégio das elites e onde muitos grupos de pessoas vivem na miséria por não ter acesso a bens e serviços essenciais. As atuais desigualdades educacionais irão apenas piorar com o tempo, até que os currículos se tornem irrelevantes? Como essas possíveis mudanças irão impactar em nossa condição humana mais básica?

Nenhuma tendência é um destino. Múltiplos futuros alternativos são possíveis, e transformações disruptivas podem ser identificadas em várias áreas fundamentais:

- O planeta está em perigo, mas estão em andamento a descarbonização e a mudança para economias verdes. Aqui, as crianças e os jovens já estão na dianteira, ao exigir ações significativas e repreender duramente aqueles que se recusam a enfrentar a urgência da situação.
- Ao longo da última década, o mundo assistiu a um retrocesso na governança democrática e a um aumento no sentimento populista identitário. Ao mesmo tempo, tem ocorrido em todo o mundo um florescimento da participação cidadã cada vez mais ativa e do ativismo que contesta a discriminação e a injustiça.
- Há um enorme potencial transformador nas tecnologias digitais, mas ainda não descobrimos como cumprir essas muitas promessas.
- O desafio de criar trabalho decente focado no ser humano está prestes a se tornar muito mais difícil, à medida que a inteligência artificial (IA), a automação e as transformações estruturais alteram os cenários de emprego em todo o mundo. Ao mesmo tempo, mais pessoas e comunidades reconhecem o valor do trabalho assistencial e as várias maneiras pelas quais a segurança econômica precisa ser suprida.

Cada uma dessas rupturas emergentes tem implicações importantes para a educação. Por sua vez, o que nós fizermos juntos na educação definirá a maneira como ela responde a essas rupturas.

Atualmente, as formas como organizamos a educação em todo o mundo não são suficientes para garantir sociedades justas e pacíficas, bem como um planeta saudável e um progresso compartilhado que beneficie a todos. Na verdade, algumas de nossas dificuldades decorrem de como educamos.

Um novo contrato social para a educação nos permitirá pensar de forma diferente sobre a aprendizagem e as relações entre os estudantes, os professores, o conhecimento e o mundo.

Propostas para renovar a educação

A pedagogia deve ser organizada com base nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade. Ela deve promover as capacidades intelectuais, sociais e morais dos estudantes, para que trabalhem juntos e transformem o mundo com empatia e compaixão. Também há o que “desaprender”, como vieses, preconceitos e polarizações hostis. A avaliação deve refletir esses objetivos pedagógicos, de modo a promover crescimento e aprendizagem significativos para todos os estudantes.

Os currículos devem enfatizar a aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que apoie os estudantes no acesso e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento. Os currículos devem abraçar uma compreensão ecológica da humanidade que reequilibre a maneira pela qual nós nos relacionamos com a Terra como um planeta vivo e como o nosso único lar. A disseminação de desinformação deve ser combatida por meio da alfabetização científica, digital e humanística, que desenvolva a capacidade dos estudantes de distinguir a falsidade da verdade. Em termos de conteúdos, métodos e políticas educacionais, devemos promover a cidadania ativa e a participação democrática.

O ensino deve ser profissionalizado ainda mais como um esforço colaborativo, com os professores sendo reconhecidos por seu trabalho como produtores de conhecimento e figuras fundamentais na transformação educacional e social. A colaboração e o trabalho em equipe devem caracterizar a atuação dos professores. A reflexão, a pesquisa e a criação de conhecimentos e as novas práticas pedagógicas devem se tornar parte do ensino. Isto significa que a autonomia e a liberdade dos professores devem ser apoiadas, e que eles devem participar de forma plena do debate público e do diálogo sobre os futuros da educação.

As escolas devem ser espaços educacionais protegidos, uma vez que apoiam a inclusão, a equidade e o bem-estar individual e coletivo. Também devem ser reimaginadas para melhor promover a transformação do mundo rumo a futuros mais justos, equitativos e sustentáveis. As escolas devem ser lugares que reúnam grupos diversos de pessoas e os exponham a desafios e possibilidades que não estão disponíveis em outros lugares. As arquiteturas, os espaços, os horários, os cronogramas de aulas e os agrupamentos de estudantes nas escolas devem ser reelaborados para incentivar e permitir que os indivíduos trabalhem juntos. As tecnologias digitais devem ter como objetivo apoiar as escolas, e não as substituir. As escolas devem estruturar o futuro a que aspiramos, garantir os direitos humanos e se tornar exemplos de sustentabilidade e neutralidade de carbono.

Devemos aproveitar e ampliar as oportunidades educacionais que surgem ao longo da vida e nos diferentes espaços culturais e sociais. Em todos os momentos da vida, as pessoas devem ter oportunidades educacionais significativas e de qualidade. Devemos conectar os locais de aprendizagem naturais, construídos e virtuais, aproveitando de forma cuidadosa os melhores potenciais de cada um deles. As principais responsabilidades recaem sobre os governos, cuja capacidade de financiamento e regulamentação da educação deve ser fortalecida. O direito à educação deve ser ampliado para permanecer em vigor ao longo da vida e abranger o direito à informação, à cultura, à ciência e à conectividade.

Catalisar um novo contrato social para a educação

Mudanças e inovações em larga escala são possíveis. Construiremos um novo contrato social para a educação por meio de milhões de atos individuais e coletivos: atos de coragem, liderança, resistência, criatividade e cuidado. Um novo contrato social deve superar a discriminação, a marginalização e a exclusão. Devemos nos dedicar para garantir a igualdade de gênero e os direitos de todos, independentemente de raça, etnia, religião, deficiência, orientação sexual, idade ou status de cidadania. É necessário um compromisso maciço de diálogo social, de pensar e agir em conjunto.

Um chamado à pesquisa e à inovação. Um novo contrato social requer um programa de pesquisa colaborativa em todo o mundo, que se concentre no direito à educação ao longo da vida. Esse programa deve ser centrado no direito à educação e deve incluir diferentes tipos de evidências e formas de conhecimento, incluindo a aprendizagem horizontal e a troca de conhecimento pelas fronteiras. As contribuições de todos devem ser bem-vindas, de professores a estudantes, de acadêmicos e centros de pesquisa a governos e organizações da sociedade civil (OSCs).

Um chamado à solidariedade global e à cooperação internacional. Um novo contrato social para a educação exige um compromisso renovado com a colaboração mundial em apoio à educação como um bem comum, com base em uma cooperação mais justa e equitativa entre atores estatais e não estatais.

Além dos fluxos de auxílio à educação do Norte para o Sul, a produção de conhecimentos do Sul para o Sul e a cooperação triangular devem ser reforçadas. A comunidade internacional possui um papel fundamental a desempenhar, ajudando atores estatais e não estatais a se alinharem em torno de propósitos, normas e padrões compartilhados necessários para realizar um novo contrato social para a educação.

Nesse sentido, o princípio da subsidiariedade deve ser respeitado, e os esforços locais, nacionais e regionais devem ser incentivados. As necessidades educacionais de solicitantes de asilo, refugiados, apátridas e migrantes, em particular, devem ser apoiadas por meio da cooperação internacional e do trabalho de instituições internacionais.

As universidades e as outras instituições de ensino superior (IES) devem ser ativas em todos os aspectos da construção de um novo contrato social para a educação. Desde apoiarem a pesquisa e o avanço da ciência até serem parceiras que contribuem com outras instituições e programas educacionais em suas comunidades e em âmbito mundial, as universidades e outras instituições de ensino criativas, inovadoras e comprometidas com o fortalecimento da educação como um bem comum têm um papel fundamental a desempenhar nos futuros da educação.

É essencial que todos possam participar da construção dos futuros da educação: crianças, jovens, pais, responsáveis, professores, pesquisadores, ativistas, empregadores, líderes culturais e religiosos. Nós temos tradições culturais profundas, ricas e diversas sobre as quais podemos construir. Os seres humanos têm uma grande capacidade de ação, inteligência e criatividade coletiva. E, agora, enfrentamos uma escolha difícil: continuar em um caminho insustentável ou mudar radicalmente de rumo.

Este Relatório propõe respostas a três questões essenciais: O que devemos continuar fazendo? O que devemos abandonar? O que precisa ser reimaginado de forma criativa? No entanto, **as propostas aqui são apenas um começo.** Este Relatório é mais um convite para pensar e imaginar do que um plano de ação. Essas questões precisam ser abordadas e respondidas em comunidades, países, escolas, programas e sistemas educacionais de todos os tipos, no mundo inteiro.

Elaborar um novo contrato social para a educação é um passo fundamental para, juntos, reimaginarmos nossos futuros.



unesco

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

REIMAGINAR NOSSOS FUTUROS JUNTOS

Um novo contrato social para a educação

Os futuros entrelaçados da humanidade e do nosso planeta estão sob ameaça. Ações urgentes, tomadas em conjunto, são necessárias para mudar o rumo e reimaginar nossos futuros. A educação, há muito reconhecida como uma força poderosa para mudanças positivas, tem uma tarefa nova, urgente e importante a realizar. Este Relatório, elaborado durante dois anos e fundamentado em um processo de consulta global que envolveu aproximadamente um milhão de pessoas, é apresentado pela Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação e convida governos, instituições, organizações e cidadãos de todo o mundo a elaborar um novo contrato social para a educação que nos ajude a construir futuros pacíficos, justos e sustentáveis, juntos e para todos. Ele examina onde a educação se encontra agora, entre as promessas do passado e os futuros incertos, defende a renovação da educação em cinco dimensões: pedagogia, currículos, ensino, escolas e aprendizagem em todas as áreas da vida e termina por catalisar um novo contrato social para a educação com chamados à pesquisa, solidariedade global e cooperação internacional. De interesse para estudantes, educadores, gestores e planejadores de sistemas educacionais, pesquisadores, governos e sociedade civil, apresenta análises aprofundadas sobre tecnologias digitais, mudança climática, retrocesso democrático, polarização social e o futuro incerto do mundo do trabalho. O objetivo não é apenas iniciar o diálogo sobre educação para todos e provocar reflexão, mas estimular cada um de nós à ação. O Relatório defende, sobretudo, que é por meio de milhões de atos individuais e coletivos de coragem, liderança, resistência, criatividade e cuidado que mudaremos o rumo e transformaremos a educação para construir futuros justos, equitativos e sustentáveis.
